

“Nossa palavra de ordem é fortalecer as nossas bases”, diz Creuza Oliveira no Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas

Na Semana de Valorização do Trabalho Doméstico, a ONU Mulheres entrevistou Creuza Oliveira, secretária-geral da [Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas \(Fenatrad\)](#) e integrante do Grupo Assessor da Sociedade Civil Brasil (GASC) Brasil da ONU Mulheres. Em Salvador, ocorrem sessão especial na Câmara Municipal e outras atividades de mobilização das trabalhadoras domésticas. Na capital paulista, acontecem atos em praças públicas, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir).

[\(ONU Mulheres, 28/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Neste 27 de abril, Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza faz um balanço entre as conquistas e os desafios para a categoria, a exemplo da [Emenda Constitucional nº 72/2013](#), regulamentada pela [Lei Complementar nº 150/2015](#), destacando o histórico de mobilização: “A gente tem cerca de 80 anos de organização sindical. Tivemos avanços importantes, mas, como as outras trabalhadoras e trabalhadores, estamos diante de um retrocesso histórico nas reformas trabalhistas e da Previdência”.



Creuza Oliveira, secretária-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) – Foto: Agência Brasil/José Cruz

Há quatro anos, a categoria obteve a equiparação de direitos trabalhistas na Constituição Federal, de 1988. Por mais de 25 anos, o trabalho doméstico foi a única categoria profissional com menos direitos trabalhistas no País. Creuza Oliveira elenca os direitos recentemente obtidos pelas trabalhadoras domésticas. “A gente sabe que nós, enquanto classe trabalhadora, corremos o risco de perder direitos que conquistamos há tão pouco tempo. São eles: carga horária, FGTS, horas extras. Apesar de não ter sido o direito como a gente queria, houve avanços. Não podemos negar os avanços que ocorreram, tais como horas extras, adicional noturno. Hoje, a gente corre risco de perder esses direitos”, aponta.

Em 2015, o emprego doméstico era a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas. Nos últimos 20 anos, a renda média das trabalhadoras domésticas registrou crescimento de 64%, em virtude da valorização do salário mínimo e ao aumento da formalização do setor. Com isto, foi a categoria que apresentou os mais expressivos ganhos salariais no período. Apesar disto, a renda média, em 2015, não alcançava sequer o

salário mínimo (R\$ 739 contra R\$ 788).

De acordo com o estudo [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), houve um aumento na proporção de carteiras assinadas: em 1995, 17,8% tinham carteira; em 2015, chegou a 30,4%. “Com a aprovação da PEC [Proposta de Emenda Constitucional, revertida na EC nº 72/2013], a gente vê que teve mais controle da formalização. Com o E-Social, a gente pode ter mais controle da situação da formalização. Antes da aprovação da PEC, na questão da previdência, se a patroa não pagava o INSS, a trabalhadora era responsabilizada. Hoje, com o E-Social, a patroa assina a carteira. Se a patroa não contribuir para a previdência, a trabalhadora não é responsabilizada pela não contribuição. Isso melhorou. Agora, a gente ainda não tem uma pesquisa nacional atualizada depois de 2015”, considera.

Ainda segundo o [Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça](#), apesar de as mulheres negras constituírem o maior número entre as trabalhadoras domésticas, apenas 29,3% das trabalhadoras negras tinham carteira assinada em 2015, comparadas a 32,5% das brancas. Outro aspecto revelado pela desagregação de dados apresentada pelo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - que além de apresentar dados por sexo e raça, também os apresenta por Grandes Regiões e Localidade do Domicílio - são as disparidades regionais. Enquanto na região Centro-Oeste 37,5% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada em 2015, na região Nordeste somente 19,5% acessavam esse direito.

Um dos pontos negativos salientados por Creuza Oliveira acerca das condições de trabalho da categoria se refere ao aumento da proporção de trabalhadoras domésticas enquadradas como diaristas. Dado mais expressivo para mulheres negras. Elas eram 18,3% da categoria em 1995 e chegaram a 31,7% em 2015. Entre as brancas, 34,1% trabalhavam em mais de um domicílio, condição que em geral está relacionada a rendas mais altas, embora com menos acesso a direitos e proteção social. “Tivemos o aumento de formalização na questão da contratação das trabalhadoras domésticas. Mas também houve crescimento do número de diaristas, o que precariza e deixa as trabalhadoras em situação de terceirização e precarização. Esses são pontos negativos”, elucida.

Envelhecimento de mulheres e redução do trabalho infanto-juvenil -

Entre as mudanças mais recentes no trabalho doméstico no Brasil, Creuza ressalta a presença de mulheres com mais idade no exercício da profissão, ao passo que reduziu o trabalho de crianças e de adolescentes. Em 1995, mais de 50% das trabalhadoras domésticas tinham até 29 anos de idade (51,5%); em 2015, somente 16% estavam nesta faixa de idade. Isto se justifica tanto pelo enquadramento legal do trabalho doméstico como uma das piores formas de trabalho infantil, quanto pelas janelas de oportunidades abertas as meninas jovens em relação ao estudo e à escolha de sua profissão.

Conforme Creuza Oliveira, os dados “mostram que as trabalhadoras domésticas, hoje, são mais velhas ou maduras. E caiu o número de crianças e adolescentes no trabalho doméstico. Ainda não é o que se espera, mas houve uma diminuição em âmbito nacional e nos grandes centros. Agora, a gente sabe que, nas periferias e no interior dos nossos estados, crianças e adolescentes ainda continuam trabalhando. Mas isso depende muito de divulgação, denúncias, campanhas de conscientização e de combate ao trabalho infantil e juvenil. Lugar de criança e de adolescente é na escola”, sentencia.

Entre os grupos em situação de maior vulnerabilidade em relação às mudanças econômicas no Brasil, Creuza evidencia preocupação com os “direitos dos jovens, das mulheres e dos negros”. E pergunta: “O que será da geração futura? O Congresso não ouve a população. Não ouve a sociedade. As trabalhadoras domésticas continuam sendo, a grande maioria, mulheres negras. São chefas de família. São arrimo de família”.

As inquietações políticas de Creuza estão sintonizadas com o cumprimento da [Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável](#), adotada pelos Estados-Membros da ONU, em 2015, cujo lema é atender as populações em situação de vulnerabilidade e atuar para que “ninguém fique para trás” nas mudanças que precisam ser feitas para garantir o pleno alcance do plano de ação global centrado nos direitos humanos de todas as pessoas até 2030.

No Brasil, o governo federal aderiu ao [Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021](#), incrementando os compromissos com a [Década Internacional de Afrodescendentes \(2015-2024\)](#)

à Agenda 2030, com foco na promoção da igualdade de gênero e raça e no enfrentamento ao racismo.

Como um dos grupos em maior situação de vulnerabilidade devido ao racismo e ao sexismo, as trabalhadoras domésticas estão mobilizadas para a conquista de direitos básicos. “A gente ainda continua com a luta pela moradia, pela creche, pela escola em período integral, pela ampliação de direitos. Porque direito não se reduz, se amplia. Não queremos nenhum direito a menos”, frisa Creuza.

Convenção 189 - Dentre as normativas internacionais, a [Convenção 189](#) - adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) - sobre trabalho decente para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos é uma das prioridades para o movimento sindical das trabalhadoras domésticas no Brasil. “Mais de 20 países ratificaram a Convenção, menos o Brasil. Queremos a ratificação. Estamos vendo a reforma trabalhista e percebemos que fica mais distante a esperança de ratificar a Convenção. Mas a luta vai ser para a ratificar a Convenção. No momento em que vivemos, a palavra de ordem é: fortalecer as nossas bases. E continuar na luta conscientizando a nossa categoria, fortalecendo a autoestima e lutando pela valorização da profissão”, diz Oliveira.

Ícones da mobilização antirracista - No Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Oliveira formula uma mensagem especial na interseccionalidade política de gênero, raça e classe, evocando ícones do enfrentamento ao racismo no Brasil. Uma espécie de resgate do pilar reconhecimento - da [Década Internacional de Afrodescendentes](#), o qual se integra aos outros dois eixos: justiça e desenvolvimento.

“Não devemos parar de sonhar. Não podemos deixar que retrocessos, que nos ameaçam, nos desestimular nem apagar os nossos sonhos. A gente tem que continuar lutando. Agora, mais do que nunca, precisamos estar mais unidas, procurando informações, participando dos movimentos contra os retrocessos. É participar dos sindicatos, das organizações democráticas que lutam por direitos de gênero, raça e classe. A gente tem que respirar fundo e fazer como diversas líderes, mulheres e homens, disseram há anos atrás.

Zumbi, Dandara, Luiza Mahin, Luiz Gama, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros. A gente tem que dar continuidade ao que essas mulheres e homens iniciaram há muito tempo atrás. A gente tem que continuar na luta e não dar trégua”, finaliza.

Com paridade, 12º CONCUR referenda nova direção

(CUT, 16/10/2015) Vagner Freitas é reeleito para comandar a Central nos próximos quatro anos

Os delegados e delegadas que participam do 12º CONCUR (Congresso Nacional da CUT) elegeram nesta sexta-feira (16) a direção ([cliquei aqui](#) para conhecer) que comandará a Central até 2019. Entre secretários e diretores executivos, serão 44 nomes, pela primeira vez com paridade de gênero.

Segundo o presidente nacional da Central, Vagner Freitas, a nova configuração, com representantes de todo o país, reflete a pluralidade da base cutista.

“Construímos a central pensando em cada trabalhador e trabalhadora, os que estão nas roças e fábricas, nas escolas, nos bancos. É por isso que somos socialistas e temos classe. Somos uma central para enfrentar os patrões. Uma central que organiza a classe trabalhadora e enfrenta o capitalismo. ” Na ocasião, Vagner fez referência aos trabalhos que são construídos a partir das entidades. “A importância do movimento sindical está nos sindicatos de base. Agradeço aos nossos quatro mil sindicatos. A CUT não orienta os sindicatos, a CUT é orientada pelos sindicatos, que são os mais combativos do Brasil”, afirmou.

Vagner agradeceu o trabalho e o compromisso dos dirigentes que deixam a Executiva nesta sexta. O presidente destacou a renovação de quadros e citou

que a CUT manterá o compromisso de mudar o país para além do mundo sindical.

“Aviso à mídia golpista que não haverá democracia enquanto não houver a democratização dos meios de comunicação. Aviso ao Poder Judiciário que ele não foi constituído para fazer política e sim justiça. Aviso aos deputados e deputadas que foram eleitos com financiamento empresarial e representam os patrões que continuaremos lutando e ocupando a Câmara para defender os trabalhadores. E aviso à Dilma que terá nosso apoio, mas terá de mudar a política econômica”, elencou.

Vice-presidenta reeleita, Carmen Foro, disse que uma nova Central nasce a partir de hoje. “A paridade já começou com a divisão de falas no discurso político”, brincou. “A CUT tem nova cara a partir de hoje, porque tem nas estaduais e na direção nacional 50% de homens e 50% de mulheres. Nunca mais seremos os mesmos e queremos também ver a juventude mais presente. Temos também que garantir que a juventude se empodere do movimento sindical e faça parte de todos os processos”, acrescentou.

Carmen citou o desafio de derrotar a política econômica vigente para garantir o crescimento econômico, o emprego, as políticas públicas e sociais. “Nosso papel é continuar mobilizando sindicatos desde a base. Assim faremos a mudança.”

Pluralidade

Exemplo da democracia que garantiu chapa única neste 12º CONCURTO, todas as correntes (Articulação Sindical, O Trabalho, EPS e CSD) tiveram voz e defenderam a importância da unidade em defesa da classe trabalhadora.

Diretores executivos, Juvândia Moreira Leite (Articulação Sindical) e Júlio Turra (O Trabalho) enaltecem que, mesmo diante de uma conjuntura extremamente difícil, a Central manteve os princípios e a autonomia e independência.

Nova secretária-adjunta de Saúde, Maria de Fátima (EPS) afirmou que o respeito às diferenças fortalecem a Central. Os ex-secretários Expedito Solaney (Políticas Sociais) e Rosane Silva (Mulheres) lembraram que a

existência da CUT é resultado da necessidade da classe trabalhadora, inclusive, de acreditar na capacidade de eleger seus representantes. Solaney e Rosane são dois dirigentes que estão deixando a Executiva da CUT. Ele vai assumir a Secretaria de Políticas Sociais da CUT-PE e ela vai presidir o Instituto Observatório Social.

Outra liderança que deixa a direção, o ex-secretário de Relações Internacionais, João Felício, presidente da CSI (Confederação Sindical Internacional), apontou que, se a elite e a velha mídia se incomodam com a atuação da maior central sindical do país, isso se devia ao mérito de ser combativa. Incomodar, destacou, era um mérito.

Luiz Carvalho

Acesse no site de origem: [Com paridade, 12º CONCURSUS referenda nova direção \(CUT, 16/10/2015\)](#)

Nota da CUT sobre a fusão da SPM, SEPPIR, SNJ e SDH

(CUT, 28/09/2015) *Para Central, incorporação das secretarias diminui a capacidade do Estado colaborar na luta pela igualdade*

A Central Única dos Trabalhadores tem atuado para fortalecer a organização sindical das mulheres, dos negros e negras, e da juventude, para que esta maioria da população brasileira possa superar as desigualdades e as discriminações a que ainda é submetida em seus locais de trabalho e na sociedade em geral.

Temos como diretriz para nossas ações e construções de estratégias políticas o entendimento de que o Estado não é neutro do ponto de vista de classe, gênero e raça e que, portanto, deve investir para ampliar e colocar em

prática políticas permanentes que contribuam para a melhoria das condições de vida das mulheres, da população negra e da juventude.

O real compromisso do governo brasileiro com a igualdade de gênero e raça é determinante para avançarmos em uma sociedade livre do machismo, do racismo e com igualdade de oportunidades para todos e todas. A existência de espaços institucionais para elaboração destas políticas é um patrimônio recente de nossa história, existem somente a partir da eleição de Lula, em 2002, quando elegemos um Governo democrático popular. Suas contribuições são evidentes. As desigualdades enfrentadas por estas parcelas da população, antes encaradas como questões privadas e/ou individuais, hoje são inegavelmente questões de políticas públicas, que requerem, portanto o envolvimento e intervenção de toda sociedade. A ampla difusão da Lei Maria da Penha, as cotas étnicas raciais e a elaboração do estatuto da Juventude são apenas alguns exemplos mais conhecidos de resultados da atuação destas Secretarias. Contudo, não temos ainda no Brasil políticas efetivamente prioritárias nestas questões, e muito temos que avançar.

Por isso, ao recebermos a notícia de uma possível reestruturação de ministérios na qual seriam fundidas as Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH), todas incorporadas ao novo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), ficamos preocupados/as já que a CUT entende que um rebaixamento de condição destas Secretarias, que hoje tem status de Ministérios, pode significar uma diluição das políticas públicas destes setores. Deve-se ter um trabalho articulado entre Ministérios e Secretarias, entretanto, uma reestruturação nestes termos implicaria no estreitamento dos espaços de implementação de políticas públicas para a igualdade, e da participação popular e finalmente a destituição da legitimidade pública das questões dos direitos das mulheres, da promoção da igualdade racial, dos direitos da juventude e dos direitos humanos, conquistados pelos movimentos sindical e sociais e reafirmados na existência e nas ações das referidas Secretarias.

Entendemos que a existência da SPM, da SEPPIR, da SNJ e da SDH, tem

contribuído para os avanços das políticas de promoção de igualdade e também reivindicamos a ampliação das suas respectivas dotações orçamentárias para que o governo brasileiro possa realizar seus compromissos com a eliminação de todas as formas de desigualdades e possa avançar na construção de um país sem miséria também para as mulheres, para a população negra e para juventude.

Acesse no site de origem: [Nota da CUT sobre a fusão da SPM, SEPPIR, SNJ e SDH \(CUT, 28/09/2015\)](#)

CUT-SP repudia ação do governo contra as mulheres

(CUT, 02/02/2015) Alckmin quer retirar licença-maternidade das servidoras concursadas em estágio probatório

A Secretaria da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (SEMT-CUT/SP) repudia a medida machista, discriminatória e que reduz direitos das mulheres no estado paulista - por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) no Supremo Tribunal Federal (STF), o governador Geraldo Alckmin (PSDB) quer tirar o direito de licença-maternidade das servidoras concursadas em estágio probatório, período de três anos de serviço público no qual a trabalhadora é avaliada até adquirir a estabilidade de emprego.

Enterrando o direito garantido no Artigo 8º da Lei Complementar nº 1199/2013 (<http://migre.me/os7hF>), caso o STF julgue procedente o questionamento de Alckmin, na prática, a servidora que engravidar durante esse estágio não terá o período de licença-maternidade computado; será obrigada a repor o afastamento; enfrentará os prejuízos financeiros e, ainda, será promovida com atraso em relação à trabalhadora que não engravidar.

Para a CUT-SP, inconstitucional é a atitude do governador Alckmin ao ferir a igualdade de direitos entre homens e mulheres, estabelecida no Artigo 5º, Parágrafo I da nossa Constitucional. Fere, ainda, os direitos humanos, os direitos reprodutivos, a autonomia básica e fundamental feminina para decidir sobre a gestação.

Infelizmente, vale ressaltar que a ação é mais uma entre as várias medidas absurdas tomadas pelo governo estadual paulista contra as mulheres - como a proposta do 'vagão rosa', para segregar as mulheres no transporte público em vez coibir o assédio punindo e educando os homens; a inclusão da comprovação de virgindade como critério para que candidatas aprovadas em concursos públicos sejam empossadas em determinados cargos; a falta de investimento e o abandono total das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres em São Paulo.

Repudiamos veementemente a atitude do governador de São Paulo e não permitiremos retrocesso! A licença-maternidade é uma grande conquista, resultado de muitos embates e mobilizações das mulheres. Lutamos pela garantia e ampliação dos direitos para promoção da igualdade, liberdade e autonomia das mulheres.

Contra a retirada de direitos, lutamos pela aprovação da licença-maternidade de 180 dias para todas as mulheres, da cidade e do campo!

Primando pela garantia dos direitos das mulheres, a CUT São Paulo está atenta a mais essa investida do governo estadual paulista contra a classe trabalhadora e completo desrespeito ao funcionalismo público.

Machismo, discriminação, desrespeito e penalização das mulheres são, sem dúvida, marcas dos 20 anos de um governo estadual que desmantela São Paulo mais e mais a cada dia. Até quando?

Acesse no site de origem: [CUT-SP repudia ação do governo contra as mulheres \(CUT, 02/02/2015\)](#)

CNDM define representantes da sociedade civil para organizar a 4ª Conferência das Mulheres em 2015

(SPM, 06/11/2014) Encontro incluiu balanço apresentado pela ministra Eleonora Menicucci e informe da Casa da Mulher Brasileira, do programa Mulher, Viver sem Violência

A 41ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), realizada nestas terça e quarta-feira (04 e 05/11) em Brasília, escolheu seis representantes da sociedade civil para compor a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2015. No evento, a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), destacou a importância das políticas implementadas pela SPM para a vida das brasileiras, num balanço de sua gestão (2012-2014).

As conselheiras do CNDM elegeram, no segundo dia do encontro, seis representantes da sociedade civil para compor a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que deve acontecer no segundo semestre de 2015. Foram escolhidas as organizações Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Liga Brasileira de Lésbicas, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, Central Única dos Trabalhadores, Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil e Articulação de Mulheres Brasileiras.

No seu balanço, Menicucci apresentou as ações desenvolvidas pelas três secretarias que compõem a SPM, no combate à violência contra a mulher, na estruturação de órgãos de atendimento às mulheres nos Estados e municípios

e na capacitação de gestoras em políticas públicas para as mulheres. As ações da SPM visam à igualdade de gênero e melhoria das condições de vida das mulheres por meio de ações específicas de equidade, na saúde integral, nos direitos reprodutivos.

A intervenção da ministra incluiu ainda um informe sobre a situação das unidades da Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência. A primeira a ser inaugurada é a de Campo Grande, no início de dezembro.

Estatísticas de Gênero - Na manhã do segundo dia, a secretária-executiva da SPM, Lourdes Maria Bandeira, relatou sua participação na 1ª Conferência Extraordinária dos Estados que participaram da Convenção de Belém do Pará, realizada na Cidade do México. Esta convenção, também conhecida como Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ocorreu em junho de 1994, na cidade brasileira.

A secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM, Vera Soares, expôs os resultados do estudo Estatísticas de Gênero: Uma análise do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), SPM e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Trata-se de um panorama inédito sobre as mudanças na situação das brasileiras com base nas informações do Censo Demográfico de 2010 comparadas às de 2000.

Comunicação Social

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

Presidência da República - PR

Acesse no site de origem: [CNDM define representantes da sociedade civil para organizar a 4ª Conferência das Mulheres em 2015 \(SPM, 06/11/2014\)](#)

FNDC realiza debate sobre comunicação, sistema político e democracia - São Paulo, 15/08/2014

(FNDC, 12/08/2014) Para aprofundar a reflexão sobre as relações entre mídia e estruturas de poder no país e avançar na luta pela democracia no Brasil, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) realizará o debate “Comunicação, Sistema Político e Democracia”. O ato político será aberto ao público e ocorrerá na próxima sexta-feira, dia 15 de agosto, às 19h, na sede do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo. Para abordar o tema sobre várias perspectivas, os convidados são Laurindo Lalo Leal Filho, professor da USP (Universidade de São Paulo); Paola Estrada, da Secretaria Operativa Nacional do Plebiscito Popular da Constituinte; e Rosane Bertotti, secretária nacional de comunicação da CUT e coordenadora-geral do FNDC.

Na avaliação do FNDC, para democratizar a democracia são urgentes tanto a reforma política quanto a democratização da comunicação no Brasil. Por isso, a necessidade de discutir conjuntura, estratégias e planejar ações articuladas em torno do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, da Campanha Para Expressar a Liberdade, e do projeto de iniciativa popular da Lei da Mídia Democrática (saiba mais). “A democratização da comunicação é parte estratégica na luta por uma democracia de fato e como processo de cidadania brasileira”, ressalta a coordenadora geral do Fórum, Rosane Bertotti. Ela destaca ainda o engajamento do FNDC na defesa de um plebiscito para uma nova reforma política.

“Nesse momento eleitoral no Brasil, realizar essa discussão aberta, com participação de outras organizações, é novamente colocar o FNDC como um ator preponderante no debate da política e da democracia”, avalia. Na XVIII Plenária realizada em abril deste ano, o FNDC aprovou apoio total e irrestrito

ao Plebiscito Popular. A realização do debate consolida essa aliança programática pela transformação do sistema político e a aprovação de um novo marco regulatório das comunicações.

Reunião do Conselho Deliberativo

No sábado, dia 16 de agosto, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação reunirá membros do seu Conselho Deliberativo, comitês regionais e representantes de entidades associadas, para discutir e encaminhar processos políticos e organizativos do Fórum. Esta é a primeira reunião do novo Conselho Deliberativo, eleito na XVIII Plenária, para o mandato 2014-2015.

É papel do Conselho Deliberativo definir e orientar o programa anual das atividades sociais do FNDC. Assim, a principal pauta desta reunião do Conselho Deliberativo será a discussão sobre a implementação das estratégias definidas na Plenária. “A ideia é que a gente possa fazer a discussão sobre nossos processos internos e organizativos. Debater como potencializar nossos comitês estaduais e regionais, como a gente amplia a participação dentro do FNDC, como fortalecer os instrumentos de decisão, o próprio Conselho Deliberativo e a Executiva do Fórum”, detalha Rosane Bertotti.

Também serão discutidas ações de mobilização pela democratização dos meios de comunicação, a atuação do FNDC no âmbito do projeto de Lei da Mídia Democrática, ações na área da comunicação pública, do marco civil da internet, entre outras pautas centrais.

A atual composição do Conselho é formada pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL), Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas Culturais (Abepec), Clube de Engenharia, Comitê pela Democratização da Comunicação do Pará, Comitê pela Democratização da Comunicação de Minas Gerais, Comitê pela Democratização da Comunicação de Santa Catarina, Comitê pela Democratização da Comunicação do Distrito Federal, Comitê pela Democratização da Comunicação de Pernambuco, Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), Associação Brasileira de Radiodifusão

Comunitária (Abraço), União dos Negros Pela Igualdade (Unegro), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), União Nacional dos Estudantes (UNE) e Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A reunião do Conselho Deliberativo do FNDC, voltada para entidades associadas ao Fórum, ocorrerá no sábado (16), pela manhã e à tarde, na sede do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé (Rua Rêgo Freitas, 454, 1º andar, Centro, São Paulo/SP).

SERVIÇO

Debate: Comunicação, Sistema Político e Democracia (aberto ao público)

Data: Sexta-feira, 15 de agosto de 2014

Hora: 19h

Local: Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (Rua Rêgo Freitas, 531, sobreloja, Centro, São Paulo/SP).

Acesse no site de origem: [FNDC realiza debate sobre comunicação, sistema político e democracia - São Paulo, 15/08/2014 \(FNDC, 12/08/2014\)](#)

Direções da CUT têm maioria de homens, heterossexuais e negros

(Rede Brasil Atual, 31/07/2014) Pesquisa feita pelo Dieese e divulgada durante a plenária nacional da CUT, que está sendo realizada em Guarulhos (SP), mostra predominância de homens (62,2%), heterossexuais (98,3%), negros (65,8%) e não jovens (89,1%) entre os dirigentes da central. O levantamento considera as instâncias nacional e estaduais, além dos ramos de atividade. Segundo a central, foram entrevistados 85% dos dirigentes.

No recorte por gênero, de acordo com a pesquisa, 44% das entidades de base têm cotas para mulheres - dessas, 58% tem 30% de mulheres na direção e 13% já adotam o princípio da paridade (metade do cargos para homens e metade para mulheres). A partir do ano que vem, conforme decisão do congresso de 2012, a paridade será adotada em toda a central.

Para a secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, a preocupação da entidade é discutir não apenas assuntos relacionados ao mundo do trabalho, mas à presença da mulher na sociedade. “A CUT, por exemplo, foi a primeira a discutir a questão do aborto, antes de várias entidades. E lutar pela descriminalização do aborto é deliberação da CUT desde 1991. No último congresso, tivemos o debate da paridade, valendo para 2015. Estamos avançando”, avalia.

A secretária de Combate ao Racismo da entidade, Maria Júlia Nogueira, diz que, apesar da maioria de negros, ainda há dificuldade para implementar políticas antidiscriminatórias. “Precisamos fazer com que o combate ao preconceito não seja uma tarefa apenas da secretaria. A política precisa ser do conjunto da direção e dos militantes da CUT.”

Outra dificuldade apontada pela pesquisa se refere à participação dos jovens. Os dirigentes com até 35 anos representam apenas 10,9% do total. A maior parte (73,4%) se concentra na faixa de 40 a 59 anos. Segundo a central, entre as principais dificuldades citadas pelos entrevistados estão falta de interesse dos jovens em participar do sindicato (41,5%), falta de interesse da entidade (35,3%) e falta de representatividade dos jovens na categoria (16,8%).

A 14ª plenária da CUT vai até amanhã (1º). Na tarde de hoje, os sindicalistas receberão a presidenta Dilma Rousseff.

Acesse no site de origem: [Direções da CUT têm maioria de homens, heterossexuais e negros \(Rede Brasil Atual, 31/07/2014\)](#)

Bachelet dá o primeiro passo para legalizar o aborto no Chile

(El País, 21/05/2014) Depois de dois meses de assumir a presidência do Chile, a socialista Michelle Bachelet começa a cumprir parte do que prometeu. Prometeu uma reforma tributária que permitisse financiar a reforma da educação e, na semana passada, foi aprovada pelo Parlamento. Prometeu empreender uma luta por uma educação de qualidade e gratuita e na terça-feira passada assinou um projeto de lei. Prometeu despenalizar a interrupção da gravidez em casos de risco para a vida da mãe, inviabilidade do feto ou estupro. E na quarta-feira, durante o discurso de prestação de contas ao Congresso, Bachelet anunciou seu projeto de lei.

“O Chile deve enfrentar essa realidade [o aborto] em uma discussão madura, informada e propositiva, debatendo no Parlamento um projeto de lei que despenalize a interrupção voluntária da gravidez nos casos de risco à vida da mãe, estupro e inviabilidade do feto”, disse Bachelet à sessão conjunta da Câmara e do Senado, em Valparaíso. “Cada aborto no país é sinal de que chegamos tarde como sociedade, porque a prevenção não teve os resultados desejados”, acrescentou.



A presidenta do Senado chileno e Michelle Bachelet. / E. FERNANDEZ (REUTERS)

O Chile é um dos cinco países da América - os outros são El Salvador, Honduras, República Dominicana e Nicarágua - onde o aborto está totalmente proibido. Em 2012, durante o mandato de Chile é um dos cinco países de América -os outros são El Salvador, Honduras, República Dominicana e Nicaragua- onde o aborto está totalmente proibido. Em 2012, durante o mandato de Sebastián Piñera, o Senado recusou a possibilidade de debater sobre o tema. No Chile, 67% da população se considera católica e não está permitido o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Por isso as reações em contra não demoraram em chegar. Uma das primeiras críticas veio precisamente de Sebastián Piñera, que publicou no Twitter: “Devemos proteger a vida e a dignidade de todas as crianças que estão por nascer. Não temos direito a decidir quem vive e quem morre”. Bachelet espera que Nova Maioria, a coalizão de governo que a levou ao poder e que abarca desde democrata-cristãos até comunistas, aprove esta e outras iniciativas apresentadas nesta quarta-feira.

Cada 21 de maio, quando levam apenas dois meses como presidentes, os mandatários chilenos pronunciam um discurso de prestação de contas ante o Congresso. Nele, desmembram o estado das promessas cumpridas até o momento e a agenda futura. Bachelet dedicou a maior parte das duas horas de sua aparição para falar de educação e economia.

Além do anúncio sobre a despenalização do aborto, Bachelet apresentou um projeto de lei para proteger as geleiras e seu meio, medida que foi muito comemorada pelo Greenpeace, já que esta organização empreendeu uma campanha para preservar as 24.114 geleiras do Chile diante da ameaça das explorações mineiras.

Bachelet fez novamente um apelo ao diálogo, algo que costuma insistir desde que ganhou as eleições. “No debate desta e de outras reformas devemos ser capazes de abordar nossas diferenças com respeito, sem cair em caricaturas nem desinformando os cidadãos sobre os reais efeitos das medidas que estamos propondo”, indicou.

Fora do Congresso, alunos de universidades e do ensino médio partiram pelas ruas de Valparaíso para protestar contra a reforma educacional anunciada nesta semana pelo Executivo, por considerarem-na insuficiente em sua tentativa de assegurar um acesso gratuito e igualitário à educação. A manifestação, que começou ao mesmo tempo em que Bachelet iniciava seu discurso, foi convocada pela Confederação de Estudantes do Chile (Confech, na sigla em espanhol), pela Central Unitária de Trabalhadores (CUT) e também por moradores afetados pelo incêndio que devastou vários morros de Valparaíso semanas atrás.

Acesse o PDF: [Bachelet dá o primeiro passo para legalizar o aborto no Chile](#)

Fórum Nacional aprova plano pró-regulação da comunicação no Brasil

(FNDC, 28/04/2014) Eleição ocorreu durante a XVIII Plenária Nacional do FNDC, que também elegeu os novos conselhos Deliberativo e Fiscal. Entidade reafirmou seu compromisso com a construção de um marco regulatório para a comunicação

A XVIII Plenária Nacional do FNDC reuniu cerca de 80 participantes, entre delegados e observadores, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP), entre os dias 24 e 27 de abril. A entidade reafirmou seu compromisso com a luta por um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil e elegeu uma nova Coordenação Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para o biênio 2014-2015.

As entidades que agora ocupam os cargos de direção do FNDC organizaram-se em uma chapa única eleita pela unanimidade dos delegados presentes na Plenária, no último domingo (27). A Coordenação Geral vai continuar a cargo da Central Única dos Trabalhadores (CUT). As demais entidades escolhidas foram: Barão de Itararé, à frente da secretaria geral; Conselho Federal de Psicologia (CFP), responsável pelas finanças da entidade; Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com a assessoria de políticas públicas; Associação das Rádios Públicas do Brasil (Arpub), com a organização; Intervezes, a cargo das comunicações e Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert), responsável pela formação.

Além das entidades da Coordenação Executiva, o Conselho Deliberativo também será formado pelas seguintes organizações: Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL), Clube de Engenharia, União de Negros pela Igualdade (Unegro), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS), União Nacional dos Estudantes (UNE), Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), além dos comitês regionais do Pará, Distrito Federal, Pernambuco, Santa Catarina e Minas Gerais.

Também foram escolhidas três organizações para serem titulares do Conselho Fiscal do FNDC: a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), o Comitê Regional da Bahia e os comitês regionais do Paraná e Rio Grande do Sul (em revezamento). O Comitê Regional do Rio de Janeiro e a União Brasileira de Mulheres (UBM) serão suplentes na instância.

Debates

A [mesa de abertura](#) da XVIII Plenária Nacional do FNDC, chamada Conferência Democratizar a Democracia, tratou da importância da democratização da comunicação para a disputa de ideias na sociedade. Contribuíram com esse debate Preto Zezé, Presidente Nacional da Central Única das Favelas (Cufa); Ricardo Poppi, Coordenador Geral de Novas Mídias

da Secretaria Geral da Presidência; Conceição Oliveira, jornalista e blogueira do blog Maria Frô; Luiz Carlos Azenha, jornalista e blogueiro do Vi o Mundo e Ricardo Gebrim, da campanha Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana pela Reforma do Sistema Político.

O sábado foi dedicado ao debate e à análise da conjuntura das comunicações no Brasil, ao balanço da última gestão do Fórum e à elaboração do plano de ação para o próximo período. Os textos-guia elaborados pela coordenação e disponibilizados no site antes da Plenária foram, em grande medida, referendados pela Plenária, mas contribuições importantes surgidas durante os debates foram submetidas à votação e acrescentadas às versões originais dos textos.

Um das emendas mais relevantes agregadas ao [Plano de Ação](#) foi a que propõe que o FNDC entregue aos candidatos à presidência da república materiais que foram produzidos depois da I Confecom, como a plataforma com os 20 pontos para a comunicação democrática e o projeto de [Lei da Mídia Democrática](#), além de textos sobre marcos regulatórios internacionais.

No encerramento da atividade, a coordenadora geral do FNDC, Rosane Bertotti, conclamou as entidades associadas ao Fórum a retornarem a seus estados animadas e com energia para implementar e defender as propostas de ação que foram definidas na Plenária. “A democratização da comunicação está na trincheira da luta pela democracia na nossa sociedade. Temos que construir o nosso projeto de Lei da Mídia Democrática e fazer dele um instrumento de debate, conscientização e formação política. Isso só vai se concretizar se o conjunto das organizações que compõem o FNDC defender e implementar as propostas definidas aqui na Plenária em seus estados”, afirmou.

Para mais informações e galeria de fotos da XVIII Plenária Nacional, visite o site do FNDC.

Acesse no site de origem: [FNDC tem nova Coordenação Executiva \(FNDC, 28/04/2014\)](#)

A prostituição em xeque, por Bruno Pavan

(Brasil de Fato, 10/04/2014) Reza o dito popular que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo. Apesar de não haver nenhuma confirmação sobre tal afirmação, o fato é que a ocupação sempre levantou inúmeras polêmicas ao longo dos séculos.

Em tempos de megaeventos como Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil, a discussão da regulamentação ou não da profissão ganhou corpo. O Projeto de Lei nº 4.211 de 2012, também conhecido como Projeto de Lei Gabriela Leite, foi apresentado pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL RJ) na Câmara dos Deputados e divide opiniões.

O projeto foi batizado em homenagem a ativista e criadora da ONG Davida, que luta pelos direitos das prostitutas. Gabriela, falecida no final de 2013 por conta de um câncer, cursava filosofia na USP quando, aos 22 anos, resolveu virar prostituta.



De um lado, os defensores do PL Gabriela Leite querem tirar as prostitutas da ilegalidade, do outro, feministas que não concordam com o sexo como mercadoria. O debate sobre a prostituição no Brasil está longe de acabar
Foto: Flickr CC

Pensado para ser votado antes da Copa do Mundo, por conta do alto fluxo de turistas no país, o projeto ainda está aguardando a indicação dos nomes dos parlamentares que farão parte de uma comissão especial, depois irá a plenário da Câmara e se aprovado, para o Senado.

Jean afirma que a importância do projeto é que ele muda a vida das profissionais pois as colocam no mercado de trabalho formal com todos os

direitos e deveres de um trabalhador qualquer.

“Muda o vácuo legal a que as profissionais (e os profissionais também) estão submetidos. Muda a insegurança jurídica em não ter sua atividade proibida, mas ter os locais de desempenho desta função criminalizados, mesmo que seja uma simples partilha de aluguel de um pequeno apartamento. Muda uma infinidade de questões que tiram um grupo difamado há milênios da sujeição à violência do próprio Estado, cuja banda corrupta lucra se fazendo de cego ao crime organizado e lhe provendo a segurança de sua operação. Muda a realidade de pessoas que, por conta da operação dessas quadrilhas, são exploradas e escravizadas”, explicou.

A diferenciação entre prostituição e exploração sexual é o ponto central do projeto. No artigo 1º é decretado que “considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração”, e no artigo 2º criminaliza-se a exploração sexual, que se dá quando há apropriação de mais de 50% do pagamento por serviços sexuais a terceiros; quando há a obrigação de alguém a praticar a prostituição mediante grave ameaça ou violência; e o quando não há pagamento pelo serviço contratado.

“Visão liberal” da prostituição

Contrária ao projeto, Maria Fernanda Marcelina, membro da Sempreviva Organização Feminista e militante da Marcha Mundial das Mulheres, questiona a tentativa de separar o que é exploração sexual de prostituição.

“Para nós não existe isso. Prostituição é exploração sexual porque as mulheres são a parte mais empobrecida de uma sociedade patriarcal e a sexualidade feminina vira mercadoria e está quase sempre ligada ao prazer masculino”, criticou.

No final de 2013, as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) marcaram posição no debate e se mobilizaram contra o projeto defendendo que ele só favoreceria “aqueles que lucram com a exploração do corpo das mulheres”.

A Marcha Mundial das Mulheres - que considera o projeto liberal e em uma

cartilha intitulada “Prostituição: uma abordagem feminista” - declarou que “fazer o que quiser do corpo sem uma crítica e rompimento com as práticas patriarcais não é liberdade. Por isso, reforçamos a vinculação entre liberdade e autonomia, buscando realmente decidir sobre nossa vida e sexualidade, sem a indução pela vontade dos outros”.

O artigo que legaliza o funcionamento das casas de prostituição e o que permite que se aproprie 50% ou menos do rendimento da prostituta sem que isso seja considerado exploração sexual, é outra crítica das feministas, que consideram se tratar de liberação da prática da cafetinagem.

“É hipocrisia dividir uma porcentagem e dizer que abaixo disso pode, acima não pode mais, não quebra a relação de exploração entre o cafetão e a prostituta, muito pelo contrário, se baseia em uma relação entre patrão e empregada que todos nós sabemos quem leva a pior”, disse Maria Fernanda.

Já o deputado vê a linha que separa a prostituição e a exploração como muito clara e defende que os agenciadores não podem ser confundidos com a figura de um explorador e, sim, como alguém que auxilia as prostitutas.

“Há uma linha clara entre o que é um acordo justo entre partes e o que é apropriação indevida. O projeto define um teto ao agenciador e um piso às profissionais. O que ocorre dali em diante é uma negociação trabalhista que ocorre nas mais diversas áreas profissionais. Esta é a imagem (agente como explorador) que o nosso Código Penal cria erroneamente. O agenciador provê um imóvel em boas condições de uso, provê a limpeza, mobiliário, manutenção do espaço, cuida da agenda e da segurança. E por isto, cobra uma porcentagem em cima desse trabalho. A distorção é tão grande, que a pessoa que é contratada para fazer a limpeza daquela casa de prostituição pode ser presa por lenocínio, já que seu rendimento é proveniente da prostituição de outrem”, observa.

Políticas públicas e a saída da prostituição

Considerando a complexidade do assunto, outros dois pontos são levantados pelos que defendem e criticam o projeto: quais os deveres que o Estado terá com essas profissionais? Cabe a ele garantir que essas trabalhadoras deixem esse ramo de atividade se assim desejarem?

Maria Fernanda Marcelina diz que o projeto não garante de fato nenhum direito as profissionais e que o caminho ideal seria o reforço das políticas públicas específicas para prevenir, informar e tirar as mulheres da prostituição.

“De fato são necessárias políticas específicas para melhorar a condição delas, que são as principais vítimas dessa situação de exploração. Algumas coisas poderiam ser feitas já de imediato como prioridade no acesso a compra de casas populares, uma linha específica do SUS e programas de geração de renda e capacitação profissional pra que deixem de ser exploradas”, afirmou.

Wyllys, por sua vez, defende que com a regulamentação, as prostitutas passarão a ser ouvidas pela sociedade e, principalmente, por governos que poderão traçar as políticas públicas que julgarem necessárias.

“Com a regulamentação, as prostitutas deixam de ser invisíveis. Aquelas campanhas destinadas a elas, canceladas pelas lideranças fundamentalistas, passam a ser uma responsabilidade real do Executivo, assim como são para todas as outras profissões regulamentadas. Se vão existir políticas habitacionais a partir disto não nos cabe discutir agora. A discussão no momento, e que é realmente importante, é que as prostitutas saiam da invisibilidade legal e tenham acesso, como qualquer outro profissional, à cidadania plena. Isto não é um favor a se prestar, uma concessão, é uma obrigação”, defende.

Sobre a saída da prostituição para aquelas que desejarem, Jean critica quem deseja manter as pessoas distantes da prostituição por meio da proibição e afirma que as profissionais poderão participar de programas do governo assim como qualquer outro trabalhador registrado.

“Para muitas, (o projeto) traz a oportunidade de deixar a profissão quando quiserem, por livre vontade. Para outras, é a oportunidade de participar de programas de aperfeiçoamento profissional do próprio governo, oferecido a todos os outros trabalhadores registrados. E, a partir dele, podem ser criados novos projetos”, afirma o deputado.

Segundo ele, em milênios de cegueira seletiva do Estado, nenhuma iniciativa

séria foi adiante, exatamente pela cultura de que proibir é a melhor forma de manter tais pessoas distantes da prostituição, o que é de uma ignorância sem tamanho, na qual, infelizmente, caem algumas feministas que tem atacado o projeto.

“Proibir não tira ninguém da prostituição, apenas leva tais pessoas a uma condição marginalizada de sujeição a todo tipo de violência física e simbólica. É algo elementar demais para ser ignorado”, declarou.

“Calar as prostitutas não é o caminho”, diz Jean

O deputado, que está alinhado com as feministas em pontos sensíveis como a legalização do aborto, critica a posição delas contra o projeto e ressalta a importância das prostitutas assumirem o posto de protagonistas na luta.

“Curiosamente, as prostitutas encontraram apenas em homens o espaço para sua luta. Antes de mim, Gabeira foi o porta-voz da luta da Rede Brasileira de Prostitutas, onde Gabriela Leite, ainda na década de 1980, já organizara o primeiro encontro nacional das prostitutas. Uma luta antiga e sólida, que não pode ser simplesmente ignorada por um feminismo abolicionista que não leva em conta a voz dessas prostitutas”, informa Jean.

“As mulheres da CUT, por exemplo, nunca me procuraram para conversar sobre o Gabriela Leite — como, em outras ocasiões, já me procuraram para apoiá-las em outras lutas das quais também faço parte, como a luta pela legalização do aborto e contra o assédio moral no mercado de trabalho —, como também não procuraram o movimento das prostitutas. Que se dê voz à Rede Brasileira de Prostitutas. Calá-las não é o caminho para a construção de uma democracia afinada com a defesa dos direitos humanos”, critica.

Acesse o site de origem: [A prostituição em xeque, por Bruno Pavan](#)